Eixo 2: Currículo e formação docente da Educação Especial
Resumo expandido

Educação Especial Inclusiva e a formação inicial em pedagogia na visão de profissionais da área

Jussara de Paula da Silva Moura

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - Campos dos Goytacazes
E-mail: sara.bji@hotmail.com

Cristiana Barcelos da Silva

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - unidade Carangola
E-mail: cristiana.silva@uemg.br

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de um estudo realizado apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia que teve por objetivo analisar a formação dos professores para a educação inclusiva. A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi qualitativa exploratória, com apoio de uma revisão de literatura e utilização de questionário, destinado a ex-alunos do curso presencial e a distância do curso superior em Pedagogia, com o intuito de conhecer a realidade para identificar sua percepção quanto a qualidade do curso, a fim de entender sua visão a respeito do tema. O apoio teórico contou com autores como Sassaki, Mantoan, Gatti, Cavalari, entre outros. Os resultados encontrados revelam que, se faz urgente que os currículos dos cursos de formação sejam revistos, abrindo espaço para mais disciplinas voltadas à inclusão, pois só assim será possível a construção de uma educação de qualidade e verdadeiramente para todos.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, Alunos com necessidades especiais, Pedagogia.

INTRODUÇÃO

Ao dar início a esta pesquisa, meu propósito foi de analisar como o curso de licenciatura em Pedagogia, nas modalidades presencial e a distância contempla as disciplinas de Educação Especial e se estas disciplinas dão embasamento à prática do futuro professor.

O interesse pelo tema surgiu após conhecer a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, tendo realizado trabalho voluntário nesta instituição. Desde então percebeu-se a importância de conhecimentos específicos para atuar junto ao público alvo da Educação Especial, assim como todos os outros educandos com ou sem alguma necessidade educacional especifica.

O texto aborda inicialmente uma breve contextualização da educação inclusiva, em

seguida trata do processo de inclusão educacional, das dificuldades de ordem prática e a formação inicial e a educação especial inclusiva na visão do profissional da pedagogia por fim, apresenta os resultados dos dados construídos a partir do questionário realizado com ex egressos do curso de Pedagogia.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a fim de instituir critérios para descrever estados funcionais associados à saúde, assim define a deficiência, incapacidade e limitação:

> a) deficiência: perda ou anormalidade, transitória ou definitiva, da função e da estrutura corporal, incluindo a ocorrência de defeito, uma anomalia, ou perda de um órgão, de um tecido ou de qualquer estrutura corporal, inclusive das funções mentais; b) incapacidade: restrição ou perda (causada por uma deficiência) habilidade para realizar uma atividade considerada normal, entendendo a incapacidade como uma dificuldade no desempenho pessoal; c) limitação: consequência de uma deficiência que impede a participação em atividades sociais ou culturais, bem como em atividades próprias da faixa etária ou do gênero (OMS, 2003, p. 7).

O aluno com necessidade especial é aquele que apresenta uma condição que demanda um atendimento diferenciado durante parte ou por toda sua vida, por possuir alteração física, intelectual, social ou emocional, aguda ou crônica, simples ou complexa, requerendo um atendimento diferenciado (MANTOAN, 2004).

Crianças com deficiência podem apresentar deficiências mentais, físicas, sociais, neurológicas, ou ainda múltiplas deficiências, possuindo maior propensão a distúrbios odontológicos que podem ocasionar alterações sistêmicas, comprometendo ainda mais a sua qualidade de vida.

Segundo Sassaki (2006, p. 73), o processo de inclusão/integração educacional percorreu quatro fases ao longo do desenvolvimento do tempo:

> (a)fase de exclusão, quando não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais, sendo estas rejeitadas e ignoradas pela sociedade; (b) fase da segregação institucional, onde as pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e recebiam atendimentos em

> instituições religiosas ou filantrópicas, período em que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação; (c) fase da integração, quando algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência, preparando-os para adaptar-se à sociedade; e (d) fase de inclusão, onde todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os procedimentos educativos e ambientes físicos devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades.

Para além da Educação Especial, às instituições escolares precisam atender a todos independente de suas condições físicas, psicológicas, cor, raça, credo ou qualquer atributo ou qualidade. Nessa direção a dupla Bellanda e Cavalari (2010, p.182):

> Uma escola inclusiva deve ser humanista, no sentido de que considera a formação integral da instrução e da juventude como seu primeiro e último objetivo. A escola inclusiva só pode se referir a um grupo social em desvantagem e excluído (mais frequentemente conhecido como o grupo das crianças com deficiências), deve, ao invés disso, se comprometer e lutar pelo direito de todos aqueles que vivem em situação de risco e uma sociedade injusta e desigual que privilegia os que têm em detrimento daqueles que nada possuem (BELLANDA; CAVALARI, 2010, p. 182).

Assim, apesar das leis que garantem o direito à educação dos alunos com deficiência, muitas dessas crianças e jovens não frequentam a escola, situação que só mudará quando a educação for verdadeiramente integrada e a escola for realmente de qualidade para todos.

PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

Este capítulo tem como objetivo apresentar um breve histórico da Educação Especial e seus processos de atendimento até os dias atuais. A partir dessa etapa, é possível refletir sobre a importância da educação escolar, as mudanças que ocorreram em sua trajetória, bem como os fatores sociais que interferiram no processo educacional nos últimos tempos.

Em “Educação em tempos incertos” da obra de Mariano Enguita (2004), foi feita uma análise profunda sobre a escola. Mudança metageracional, ou seja, sociedade sem escolas, a mudança supra geracional, e a mudança ou crise intergeracional do sistema educacional, seus obstáculos, tropeços e a reestruturação de vários processos refletidos através de suas práticas.

A sociedade viu a necessidade das instituições escolares, dando cobertura para a expansão escolar e o ensino, missão confiada e reconhecida pela sociedade. A imagem do

professor representa algo novo, as transformações tornaram-se aparentes, a escola acolheu outras classes sociais, a mudança do tempo é vivenciada como a mudança do espaço, fizeram novas adaptações e outras aprendizagens.

Na realidade atual, muitas questões surgem sobre o papel das escolas e o tipo de educação que queremos. Nunca antes a educação teve tanta importância econômica como hoje, tanto para a sociedade quanto para os indivíduos.

> É preciso compreender o peso muito maior da informação, do conhecimento, da qualificação e da educação nas coordenadas da nova economia e da nova sociedade, com luz e escuridão, visível em todos os lugares (ENGUITA, 2004, p.35).

Faz necessário acrescentar a importância da qualificação, vista como extensão do conhecimento, com demanda, novas possibilidades e a criação de novas certezas.

DIFICULDADES DE ORDEM PRÁTICA

Apesar de o Brasil possuir uma legislação a favor da educação especial e inclusão, a doação desta política, na prática, parece estar longe do ideal e, seja por uma questão política, falta de apoio pedagógico ou devido à falta de formação inicial e continuada especifica para essa área, as escolas têm se mostrado resistentes. Neste sentido, Magalhães (2003, p. 70) afirma que:

> Para que essa prática seja reforçada, é necessário mudar conceito de ensino e aprendizagem, procurando maneiras de incentivar o respeito às diversidades. Desse modo faz-se necessário buscar novas formas de enfrentamento desta situação, quebrando velhos paradigmas que envolvam esses alunos com necessidades educacionais especiais, os quais privilegiam o erro e as dificuldades e não as diferentes capacidades e possibilidades que a diversidade pressupõe.

Para que de fato a inclusão escolar seja uma realidade, são necessários fatores, pelo quais as políticas públicas efetivas, ambiente apropriado e principalmente formação adequada dos professores. No entanto, o que se observa, segundo Marques (2011), é que a escola possui obstáculos para receber até o aluno regular, pois não possui estrutura adequada e suficiente para atender sequer os alunos matriculados.

A falta de informação e um maior conhecimento sobre as propostas de inclusão leva professores a entenderem que estes estudantes devem ser aprovados espontaneamente, não se preocupando com o que lhes é ensinado, crendo que são incapazes de aprender. Segundo Kuzuyabu (2016), há escolas que não permitem que estes estudantes façam avaliações externas, com receio de que a escola não tenha bons percentuais de rendimento, estimulando que permaneçam em casa nesses dias.

Para Gatti (2010, p.1372), os maiores fatores encontrados nos cursos de Pedagogia é a distância entre prática e a teoria, fragilizando a formação inicial dos futuros professores. Portanto, estes cursos não têm dado conta de relacionar teoria e prática, como propostas nos documentos legais, comprometendo a base formativa dos professores.

A fim de verificar a existência da distância, escolheu-se ouvir profissionais da área da Pedagogia quanto a relação entre os conhecimentos adquiridos na Formação Inicial e a Educação Especial Inclusiva.

A FORMAÇÃO INICIAL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA VISÃO DO PROFISIONAL DA PEDAGOGIA

Na década de 1990, as disciplinas que compõem as grades curriculares das universidades foram abolidas, e as instituições passaram a seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores na Educação Básica, nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, através de uma base comum nacional. Conforme Associação Nacional pela Formação dos profissionais da Educação:

> A base nacional comum para os cursos de formação de professores não deve ser concebida como um currículo mínimo ou uma lista de disciplinas, concebido como um currículo mínimo ou conjunto de disciplinas, mas como um conceito básico de formação de educadores e uma definição do corpo fundamental de conhecimento (ANFOPE, 2000, p. 10).

As Diretrizes Curriculares Nacionais passaram a orientar os princípios, fundamentos e procedimentos para a organização dos cursos de licenciatura, dando maior flexibilidade às Instituições, que passaram a eleger as disciplinas e seu respectivo conteúdo para atender a essas diretrizes.

Foi realizada uma breve entrevista com dois pedagogos um com formação a dois anos no curso presencial, atualmente trabalhando em uma escola da rede privada, outro à distância formada a um ano mas sem atuação. Ao serem questionados se consideram que as disciplinas de Educação Especial e Educação Inclusiva que estudaram durante o curso de Pedagogia são suficientes para lidar com as demandas pedagógicas, o primeiro entrevistado cujo estudo foi presencial afirmou que notadamente não seja do ponto de vista acadêmico ou mercadológico. Elas não suprem a demanda de suporte aos alunos ditos especiais, nem oferecem competências suficientes para a criação de mecanismos de acompanhamento e estímulos destes.

Para a entrevistada do curso a distância, as disciplinas, em alguns casos, são suficientes para obtermos conhecimento teórico, ter uma noção básica sobre o tema, mas vivenciar essa situação requer mais que teoria. Perguntada se, em sua opinião, estas disciplinas conseguem preparar o professor para atuar junto a estudantes com necessidades educacionais especiais, responderam que não. Como na maioria dos casos de matérias de graduação da atualidade, essas disciplinas contribuem vagamente para a atuação na vida real. De acordo com os entrevistados de forma alguma, como disse, são apenas conceitos básicos, que não preparam o professor para atuar junto aos estudantes com necessidades especiais. A maioria das colegas que atuam como professora e recebem um aluno especial se sentem impotente para auxiliar no seu desenvolvimento.

Ao serem perguntados sobre quais as lacunas existentes em sua formação para trabalhar com estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), afirmaram que o desenvolvimento de habilidades essencialmente práticas para lidar com NEE. A entrevistada do curso a distância afirmou que não sabe se é capaz de enumerar as lacunas, pois nunca atuou como professora, por isso não sabe o que realmente faltou durante a formação, mas acredita que vivenciar essa realidade de forma efetiva, tendo suporte de profissionais competentes, deve ajudar o pedagogo a estar melhor preparado para a tarefa.

Ao serem inquiridos sobre de que forma essas lacunas poderiam ser preenchidas, acreditam que seria possível através da “criação de disciplinas e práticas que desenvolvam a atuação junto a esse público. O pedagogo precisa aprender a identificar NEE e atuar de forma a dar resolutividade, ainda que com a indicação de profissional especializado”.

No entendimento tais lacunas poderiam ser preenchidas unindo teoria e prática. A teoria tem sua importância, quando nos fornece os conhecimentos relevantes, mas a prática se torna imprescindível para comprovação do que aprendeu.

Ao final das entrevistas, foi possível observar que, apesar de terem ocorrido avanços com a inserção de disciplinas voltadas à Educação Especial Inclusiva na matriz curricular dos cursos de licenciatura de Pedagogia, talvez ainda não sejam suficientes para preparar o professor para atuar junto aos alunos com necessidades especiais, devendo ser oferecidos mais conteúdo, seja através de disciplinas específicas, de projetos ou através da inserção de tópicos em outras disciplinas, a fim de melhor preparar estes estudantes para a sua atuação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da implantação da política de educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil, uma série de desafios têm sido postos aos professores, diante da possibilidade de atender integralmente o aluno com necessidades especiais, respeitando sua singularidade e atendendo suas necessidades, como definido por lei.

Entendemos que o processo de inclusão vai além de admitir a permanência do aluno nas salas de aula regulares, devendo ocorrer uma reorganização da escola e das suas propostas didático-pedagógicas para realmente atender as necessidades desta clientela nas escolas regulares.

Foi possível observar na literatura pesquisada que existe consenso sobre a carência durante a formação dos professores para atender aos alunos com necessidades especiais, o que leva estes profissionais a sentirem-se despreparados e sem bases técnicas e pedagógicas para um atendimento integral e de resultados para com os educandos com deficiências.

Tal situação também foi relatada pelos egressos do curso de Pedagogia entrevistados, que demonstraram não se sentirem preparados para o atendimento desses alunos. No entanto, apesar da competência com que venham a ser ensinados, talvez ainda não conseguiram dar conta de um verdadeiro preparo desses futuros professores para a realidade

da sala de aula inclusiva, sendo necessário que haja mais espaço no currículo para a inserção ou aumento da carga horária das disciplinas.

Entendemos que um dos maiores desafios dos cursos de formação de professores é o de preparar os alunos para que, quando no exercício de sua profissão, possam desempenhar seu papel de ensinar a todos os alunos de forma satisfatória e responsável.

Assim a inclusão conseguirá ir além de uma política estabelecida em lei, mas que, para o professor, é motivo de frustração e dificuldades, por não saber de que forma atuar para alcançar os objetivos que a legislação propõe.

As dificuldades na formação dos docentes que atuarão na educação inclusiva não devem ser tomadas como justificativa ou como único motivo do fracasso no processo de inclusão, mas podem servir de alicerce para o desenvolvimento de novas experiências bem sucedidas.

Nesse sentido, faz-se urgente que os currículos dos cursos de formação de professores sejam revistos, abrindo espaço para mais disciplinas voltadas à inclusão, pois só assim será possível a construção de uma educação de qualidade e verdadeiramente para todos.

REFERÊNCIAS

ANFOPE. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. **Documento Norteador para a Elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores**. Brasília: MEC, 2000.

BELLANDA, M.; CAVALARI, M. Inclusão escolar e social. **Caderno Multidisciplinar de Pós-Graduação da UCP**, Pitanga, v. 1, n. 3, p. 178-88, 2010.

ENGUITA, Mariano F. **Educar em Tempos Incertos**. Porto Alegre, Arte Médicas. 2003.

GATTI, B. A. Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas. **Educ. Soc**., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-79, out./dez. 2018.

KUZUYABO, M. **Dificuldade da inclusão divide professores e especialistas**. 2016. Disponível em: http://www.revistaeducacao.com.br/inclusao-na-pratica/. Acesso em: 12 abr. 2018.

MAGALHÃES, R.C.B.P. (Org.). **Reflexões sobre a diferença:** uma introdução à educação especial. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

MANTOAN, M.T.E. **A Integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 2004.

MARQUES, S.C.M. **O processo de inclusão e as dificuldades do professor na sua aplicabilidade em sala de aula**. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **CIF:** Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP; 2003.

SASSAKI, R.K. **Inclusão, Construindo uma Sociedade para Todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2006.